

Márcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves
(Organizadores)

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2



Atena
Editora
Ano 2021

Márcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves
(Organizadores)

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: minorias, práticas e inclusão 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: minorias, práticas e inclusão 2 / Organizadores
Marcia Moreira de Araújo, Carlos Jordan Lapa Alves. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-034-3

DOI 10.22533/at.ed.343211805

1. Educação. I. Araújo, Marcia Moreira de
(Organizadora). II. Alves, Carlos Jordan Lapa (Organizador).
III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Neste momento contemporâneo e avassalador, que minimiza nossa potência de agir, esse livro é um “respirar leve”, e traz consigo outras possibilidades de pensar, fazer e viver a educação neste contexto que inclui e reverbera liberdades e multiplicidades do agir democrático, fora dos padrões colonizados em nossas mentes por séculos.

Inspirados em nossos estudos, temos a urgência em entender como que uma sociedade inteira não se reduz a vigilância e propõe micro-liberdades individuais e coletivas. Junto a Certeau(1994) , problematizamos neste espaço: “que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não ser para alterá-los? Que táticas e artes de fazer engendram nas tramas da vida que formam uma contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”), dos processos silenciados que organizam as micropolíticas e formam as subjetividades diversas?

Eis, portanto, nossa grande missão neste livro: propiciar momentos, debates, críticas e litigar com poderes que permeiam o campo educacional tornando-o tradicional, excludente e retrogrado. A educação do presente não pode e não deve ser desconectada da realidade social, da diversidade étnica, de gênero, religiosa e de crença que a sociedade vive. Talvez, essa seja a hora de derrubar os muros que ergueram em volta das escolas para que este lugar seja de todos e todas.

Pensar raça, gênero, sexualidade, exclusão, inclusão, feminismo, machismo e interseccionalidade no contexto escolar é obrigação de educadores e educadoras neste momento histórico no qual as bases democráticas estão constante tensão. Não cabe a escola e aos professores o papel de agente passivo, mas ações veementes e fortes a favor da luta pela igualdade, equidade e qualidade educacional para todas as crianças de todas as crenças.

Em um país onde as Casas de Leis perdem tempo propondo projetos para inibir e coibir o fazer docente, por exemplo, projeto de Lei 4893/20 que busca criminalizar professores que debatem assuntos ligados a gênero e sexualidade, a balança do poder deve agir criando reações de contrapoder: ao silêncio o barulho, a ordem a desordem, a punição a revolta. Nunca cabe a um docente o papel de submissão, mas ação, a criticidade.

Esperamos que o leitor, ou a leitora, faça produções fecundas e inventivas a partir desta proposição de textos que apresentam uma subversão no espaço educativo nos múltiplos modos de aprendizagens. Desejamos que as apostas sejam a captura do que escapa dos modos imperativos de educação, e que as possibilidades de invenção e criação reverberem na prática docente por uma educação mais condizente com o que a humanidade vem liberando como demandas sociais.

Desejamos uma excelente aventura literária e formativa!

Marcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ENSINO HÍBRIDO: *PODCAST* COMO INSTRUMENTO AUXILIATÓRIO DE PREPARAÇÃO PARA O ENEM

Lucas Antonio Xavier
Bruna Carraro de Oliveira
Chirlei de Fátima Rodrigues
Ruanna Bourguignon Gava Ribeiro
Luzinete Louzada Bianchi Kahowec
Simone Vieira Sant'Anna Fardim
José Izaias Moreira Scherrer Neto
Luciano Carneiro Cardozo
Unir Andrade Rabelo Júnior

DOI 10.22533/at.ed.3432118051

CAPÍTULO 2..... 15

A AVALIAÇÃO DE ALUNOS SURDOS EM ESCOLAS COMUNS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS E INSTRUMENTOS AVALIATIVOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Zanado Pavão Sousa Mesquita
Marcella Arraes Castelo Branco
Elenice de Alencar Silva

DOI 10.22533/at.ed.3432118052

CAPÍTULO 3..... 28

A DIFERENÇA COMO CARACTERÍSTICA FUNDAMENTAL: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Felipe Miranda Zanetti

DOI 10.22533/at.ed.3432118053

CAPÍTULO 4..... 40

A EDUCAÇÃO BÁSICA ENQUANTO DIREITO SOCIAL: UM PANORAMA HISTÓRICO A PARTIR DAS LDBENs BRASILEIRAS

Miguel Rodrigues Netto

DOI 10.22533/at.ed.3432118054

CAPÍTULO 5..... 54

A DANÇA COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ana Carolina Nascimento Lira
Roseli Fernandes Lins Caldas

DOI 10.22533/at.ed.3432118055

CAPÍTULO 6..... 65

A EDUCAÇÃO DE ÓRFÃOS NAS MINAS COLONIAIS: ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS CONFORME O SEXO DOS TUTORES E TUTELADOS

Leandro Silva de Paula

DOI 10.22533/at.ed.3432118056

CAPÍTULO 7	78
A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO REGULAR	
Janaina Ribeiro Pireda Teixeira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.3432118057	
CAPÍTULO 8	90
A LINGUAGEM ADAPTATIVA: ROMPENDO BARREIRAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO	
Antonia Diniz	
Valdirene Nascimento da Silva Oliveira	
César Gomes de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.3432118058	
CAPÍTULO 9	101
A NOVA RACIONALIDADE TÉCNICA DO TRABALHO DO PEDAGOGO NA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ: POSSIBILIDADES E LIMITES	
Clarice Schneider Linhares	
Laurete Maria Ruaro	
DOI 10.22533/at.ed.3432118059	
CAPÍTULO 10	112
A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR	
Rodrigo Parras	
Elaine Cristina da Silva Zanesco	
Márcia Aparecida Amador Mascia	
DOI 10.22533/at.ed.34321180510	
CAPÍTULO 11	125
A PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL ACERCA DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Mirna Cristina Silva Pacheco	
Cristina Maria Carvalho Delou	
Ediclea Mascarenhas Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.34321180511	
CAPÍTULO 12	133
A SUBSTANCIALIDADE DA SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL E TRANSGRESSÃO DA LGBTFOBIA	
Glauber Carvalho da Silva	
Letícia da Silva Paz	
DOI 10.22533/at.ed.34321180512	
CAPÍTULO 13	144
ADVOCACY, COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA SOBRE A TUBERCULOSE	
Raimunda Hermelinda Maia Macena	
Liandro da Cruz Lindner	
Carla Patrícia Almeida	

José Carlos Veloso Pereira da Silva
Antonio Ernandes Marques da Costa
Neide Gravato da Silva
Giselle Raquel Israel
Ezio Távora dos Santos Filho

DOI 10.22533/at.ed.34321180513

CAPÍTULO 14..... 156

A POLÍTICA PÚBLICA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO ESCOLAR DA SEE/SP: ANÁLISE DO CASO DA DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE TAQUARITINGA

Paulo Cesar Cedran
Chelsea Maria de Campos Martins

DOI 10.22533/at.ed.34321180514

CAPÍTULO 15..... 166

AUTISMO E EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA PARCERIA DOCENTE x DISCENTE

Elizabeth R. O. Pereira
Edicléa Mascarenhas Fernandes
Franklin José Pereira
Nathalia R. O. Habib Pereira
Victor R. O. Habib Pereira

DOI 10.22533/at.ed.34321180515

CAPÍTULO 16..... 177

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria Aparecida de Oliveira Lage
Urbano da Silva Batista
Leidiane Chaves da Cruz
Valdeis Correa Baiense
Lúbia Mara Carvalho Costa Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.34321180516

CAPÍTULO 17..... 190

AVALIAÇÃO ESCOLAR PARA ALUNOS ESPECIAIS: IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS PEDAGÓGICOS

Anelise Kologeski

DOI 10.22533/at.ed.34321180517

CAPÍTULO 18..... 204

DESAFIOS E LIMITAÇÕES ÀS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL

Maria do Carmo Soares de Almeida
Susana Henriques

DOI 10.22533/at.ed.34321180518

CAPÍTULO 19.....	214
CONFEÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS ADAPTADOS SOBRE PROPRIEDADES ESPECÍFICAS DA MATÉRIA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
Aires da Conceição Silva	
Ana Paula Bernardo dos Santos	
Ana Paula Sodré da Silva Estevão	
Anne Caroline da Silva Rocha	
Matheus Silva de Oliveira	
Thamiris Pereira Cid	
Vanessa de Souza Nogueira Penco	
DOI 10.22533/at.ed.34321180519	
CAPÍTULO 20.....	233
DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA	
Gilca Janiele Pereira da Silva	
Mirian Nunes de Carvalho Nunes	
Tyla Mendes Ricci	
DOI 10.22533/at.ed.34321180520	
CAPÍTULO 21.....	244
DIÁLOGOS ENTRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E VIGOTSKI: A MEDIAÇÃO E O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ESTUDANTE COM SÍNDROME DE ASPERGER	
Rochele Karine Marques Garibaldi	
Gabriella Carvalho Motta	
Lavine Rocha Cardoso Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.34321180521	
CAPÍTULO 22.....	260
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMO ALTERNATIVA À DOCTRINA DO CHOQUE	
Geziela Iensue	
Gabrielly Carvalho Alves	
Karoline Santana	
DOI 10.22533/at.ed.34321180522	
CAPÍTULO 23.....	273
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Karina Edilaini da Silva Barros	
DOI 10.22533/at.ed.34321180523	
CAPÍTULO 24.....	280
A "EX-POSIÇÃO" NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: A COOPERAÇÃO COMO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	
Nathalia Castro dos Santos	
Edmar Reis Thiengo	
DOI 10.22533/at.ed.34321180524	

CAPÍTULO 25	301
INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: OS DESAFIOS DESSA PRÁTICA	
Rosangela Teles Carminati Soares	
Andreia Nakamura Bondezan	
Eliane Pinto de Góes	
DOI 10.22533/at.ed.34321180525	
CAPÍTULO 26	314
INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM SÍNDROME DE <i>DOWN</i> : DESAFIOS, AVANÇOS E LEGISLAÇÃO	
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno	
Raqueline Castro de Sousa Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.34321180526	
CAPÍTULO 27	328
E VIVERAM FELIZES MATEMATICANDO COM O AUXÍLIO DO <i>MOUSEKEY</i> PARA SEMPRE...	
Leonice Elci Rehfeld Nuglisch	
Deise Maria Kaszewski Meneguello	
DOI 10.22533/at.ed.34321180527	
SOBRE OS ORGANIZADORES	334
ÍNDICE REMISSIVO	335

CAPÍTULO 10

A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR

Data de aceite: 01/05/2021

Data de submissão: 04/04/2021

Rodrigo Parras

Universidade São Francisco, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação
Itatiba – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/6355351402004851>

Elaine Cristina da Silva Zanescio

Universidade São Francisco, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação
Itatiba – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/8409612671317146>

Márcia Aparecida Amador Mascia

Universidade São Francisco, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação
Itatiba – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/5990945069183990>

RESUMO: O trabalho objetiva apresentar um panorama geral da educação do aluno deficiente no ensino superior, com destaque para o aluno surdo. Nesse sentido, perpassa pelas especificidades linguísticas, educacionais e culturais relativas ao aluno surdo, bem como pelas políticas públicas voltadas para a organização da escolarização dos surdos. Cabe ressaltar não basta intensificar as políticas públicas voltadas para a inclusão dos surdos no ensino superior sem investir em estratégias de permanência. Acredita-se, portanto, que este trabalho possibilitará subsídios para a ampliação das discussões em relação à educação dos

surdos e, sobretudo, às condições de acesso e de permanência ofertadas pelas instituições de Ensino Superior.

PALAVRAS - CHAVE: Aluno surdo, Educação bilíngue, Ensino Superior

THE INCLUSION OF DEAF STUDENT IN SUPERIOR EDUCATION

ABSTRACT: The work aims to present an overview of the education of students with disabilities in superior education, with emphasis on the deaf student. In this way, it goes through linguistic, educational and cultural specificities related to deaf students, as well as public policies aimed at organizing the schooling of deaf people. It is worth mentioning that it is not enough to intensify public policies aimed at including deaf people in superior education without investing in permanence strategies. It is believed, therefore, that this work will allow subsidies to expand the discussions in relation to the education of the deaf and, above all, to the conditions of access and permanence offered by Superior Education institutions.

KEYWORDS: Deaf Studente; Bilingual Education; Superior Education.

INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século passado, evidenciadas por movimentos sociais e associadas à distintos grupos, as sociedades vêm tornando-se progressivamente inclusivas (OMOTE, 2017). No entanto, ainda há uma

distância significativa das condições reais e das condições desejadas para a efetiva participação dos alunos com deficiência na escola. Discutir tal prerrogativa no Ensino Superior não é diferente. Sabe-se que a educação do surdo no Brasil foi marcada por discursos e práticas de ensino reguladas por uma cultura social que buscava a normatização e o controle de sua população. Isto levou à negação da existência da comunidade surda, da língua de sinais, além da identidade surda, como resultado de experiências visuais que os determinavam como diferentes em relação aos ouvintes.

A educação ofertada aos surdos em nosso contexto educacional ainda é pautada por concepções que levam em conta o ensino de uma única língua, ou seja, da língua portuguesa como majoritária, a partir do ensino da sua gramática. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é pouco valorizada nas escolas e em nossa sociedade, desfavorecendo o surdo em seu desenvolvimento social e desempenho acadêmico. Atrelado a isso, a falta de conhecimento e domínio de sua língua dificulta a interação nos mais variados contextos sociais (SKLIAR, 2016). Deixar de considerar o surdo como deficiente implicará reconhecer a importância da língua de sinais para o desenvolvimento cognitivo, linguístico e educacional dos surdos. Por intermédio deste sistema linguístico, eles conseguirão alcançar níveis mais elevados de ensino e de uso efetivo de sua língua e da língua portuguesa visto que a quantidade de estudantes com deficiência no Ensino Superior é considerada pequena no Brasil.

Segundo as estatísticas da Educação Superior no país em 2013, dos 29.034 alunos que declararam ter algum tipo de deficiência no ingresso à graduação, 1.448 se reconhecem como surdos e 7.037 com deficiência auditiva. Dos 420 alunos surdos que frequentam instituições públicas de Ensino Superior, 336 estão em faculdades federais, 34 em estaduais e 50 em faculdades municipais. Dos 1.538 com deficiência auditiva, 1.186 estão nas instituições federais, 239 nas estaduais e 113 nas municipais. Em faculdades privadas, frequentam 1.068 surdos e 5.499 com deficiência auditiva. Nota-se que há maior número de alunos que se declaram com deficiência auditiva em todas as instituições. É importante ressaltar que, do total de alunos que se declaram com deficiência no Ensino Superior, os surdos correspondem a 5,12% (INEP, 2014).

O acesso à universidade pode dar ao surdo uma visibilidade positiva em relação ao seu potencial acadêmico e, aliadas às possibilidades de concluir este nível de ensino, tem contribuído para desfazer estereótipos da sociedade em geral sobre a falta de capacidade para o exercício de funções laborais mais elevadas (PERLIN, 2016). No contexto educacional, os princípios filosóficos de educação de surdos revelam a importância do reconhecimento da língua do surdo como sua marca constitutiva ao longo do tempo.

A partir destas constatações, situamos a educação bilíngue como uma possibilidade atualmente desejada pela comunidade surda. Nesta proposta, a língua de sinais deve ser usada nas escolas como primeira língua (L¹) e a língua portuguesa entendida como a segunda língua (L²) (LACERDA; LODI, 2016). As formas oficialmente reconhecidas

de educação de surdos, somadas ao resultado ineficiente do nível de letramento dos mesmos nas escolas, têm sido tema recorrente na pauta dos movimentos sociais da comunidade surda e da academia brasileira. Desta forma, Capellini (2015) avaliou o desempenho escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, incluindo 26 com deficiência auditiva. Seu estudo constatou o baixo nível de desempenho acadêmico em alunos incluídos em classes comuns do Ensino Fundamental oferecendo indicativos importantes para o redirecionamento do processo de inclusão. O desempenho acadêmico dos surdos apresentado pelo estudo, aponta semelhanças com resultados de alunos com deficiência intelectual. Este dado evidencia a importância de se rever as bases legais para a sistematização da escola no atendimento deste alunado. As políticas voltadas para a organização da escolarização dos surdos buscam possibilitar seu funcionamento nos diferentes níveis da educação básica. Referente a isto, encontramos no artigo 18 da Lei 10.098 (BRASIL, 2000), que trata da acessibilidade de pessoas com deficiência em geral, a proposta de formação do intérprete em língua de sinais. Contamos também com a Lei 10.436 (BRASIL, 2002) que reconhece a língua brasileira de sinais, a Libras, como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda no Brasil. No ano de 2005, foi implementado o Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005), regulamentando as duas leis citadas anteriormente. Trata-se de um documento que aborda os diversos aspectos relacionados a Libras, desde sua inclusão como disciplina curricular até o papel do poder público na responsabilidade de difusão desta língua na formação de professores. Os termos dessa lei relacionados à educação bilíngue foram utilizados na elaboração do Plano Nacional de Educação, reconhecida como Lei 13.005 (BRASIL, 2014). No mesmo ano, um grupo de trabalho, designado pelas portarias nº 1.060 e nº 91 do Ministério da Educação e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), produziu o Relatório Sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e língua portuguesa. O documento indica a criação de escolas regulares, tendo a Libras como primeira língua e a língua portuguesa como segunda língua na modalidade escrita (BRASIL, 2014). Poucas são as práticas que acabam servindo como meio de troca em uma sociedade de classes que se mantém excludente (LIMA, 2016)- em especial, no que se refere à presença e participação desses estudantes neste nível de formação educacional.

A LÍNGUA COMO CONSTITUTIVA DO SUJEITO SURDO: CONTEXTO EDUCACIONAL EM FOCO

O contexto educacional é local produtivo para investigações importantes relacionadas à língua, linguagem e cultura. Para Mikhail Bakhtin e Valentin Nikolaevich Voloshinov, a língua possui um sistema abstrato de regras, mas só pode ser considerada como tal em seu uso. Ela só existe porque há um grupo social que a utiliza (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2016). Consideramos, então, o estudante surdo como sujeito que possui língua própria, a

Libras, e compartilha do mesmo ambiente educacional com ouvintes, portanto, usuários da língua portuguesa.

É necessário conhecer as especificidades linguísticas, educacionais e culturais relativas ao surdo para poder contribuir com a sua formação acadêmica, pois o preconceito é considerado a barreira mais difícil a ser enfrentada no processo de sua escolarização. Isto acontece na medida em que a sociedade ouvinte se mantém afastada e pouco se esforça para se comunicar e estabelecer interação social com o surdo (VALENTINI; BISOL, 2016).

Para entender as condições que envolvem este tema, é importante resgatar as concepções sobre a educação de surdos, destacando as posições tanto do oralismo e da comunicação total para chegarmos ao bilinguismo. Na abordagem oralista, o surdo se apropria da língua oral de forma exclusiva. Para isso, deve passar pelo trabalho de habilitação auditiva e treinos fonoarticulatórios, ou seja, esforçar-se para se comunicar como ouvinte, pois esse universo se constitui na maioria das pessoas. Os profissionais que seguem a filosofia da comunicação total preocupam-se tanto com a comunicação entre surdos como entre surdos e ouvintes. Desta forma, aceitam a comunicação oral da mesma forma que os recursos gestuais.

No que tange às discussões sobre a educação e a forma de comunicação das pessoas surdas, nota-se um destaque em nossa sociedade nos últimos anos. No decorrer deste processo, surgiram propostas filosóficas educacionais direcionadas à educação de surdos com aspectos ligados às concepções de surdez. A escola, por ser um local de imposição de uso de uma única língua, ligou a questão da educação de surdos às questões das línguas, língua oral e língua de sinais, se constituindo parte de oposições entre normalidade e anormalidade, saúde e patologia, ouvinte e surdo, maioria e minoria, oralidade e gestualidade. Desse modo, as mudanças nos conceitos sobre o sujeito surdo e sobre sua língua foram responsáveis por avanços significativos no plano educacional, sobretudo pela divulgação da educação bilíngue e dos princípios teóricos, culturais e sociais do surdo (SKLIAR, 2016).

Apesar disso, podemos contextualizar, na área da linguística, os aspectos envolvendo a aquisição da língua de sinais como natural do surdo e a aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua. Bakhtin e Volochinov (2016) apresentam como um dos problemas desta área do conhecimento a valorização da percepção do signo predominando o reconhecimento sobre a compreensão. Segundo eles, cria-se um sistema de aquisição da língua decifrada e adaptada para a transmissão escolar da palavra, tornando a aprendizagem mecânica e sem sentido, sem uso prático. Assim como no ensino da língua, a educação de surdos também passa pelo desafio de considerar a língua como algo vivo, capaz de evoluir historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual de seus usuários (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2016). É importante tratar das características referentes às

concepções de educação para surdos que permearam e ainda estão vigentes em nosso contexto educacional, bem como sua relação com a língua de sinais e o ensino da língua portuguesa com importância na comunicação oral, simultânea ou como segunda língua. O desafio torna-se maior ao constar a maneira negativa pela qual a sociedade via o surdo, com compaixão e piedade; desprovido de capacidades, eram abandonados e castigados. Pelo menos até o século XVI, não se tem registro da existência de educadores de surdos (GOLDFELD, 2016). Portanto, durante muito tempo, não foi dada importância para sua língua e sua educação. A língua natural dos surdos, a Libras, se configura como um produto cultural. Sua modalidade de recepção e produção visuoespacial supõe que ela foi criada porque a falta de audição impede a oralidade. Na verdade, sua criação, desenvolvimento e transmissão passaram de geração em geração, sendo construída histórica e socialmente pelas comunidades surdas (SKLIAR, 2016). Isso nos mostra que a língua não é neutra; carregada de ideologia, as transformações sociais acontecem por meio dela. A língua existe no uso, além das regras gramaticais e linguísticas. Sendo assim, o enunciado demonstra a origem do enunciativo, a cultura e as relações. Existem muitas linguagens sociais, e o limite é dado pela língua com significado formado por um determinado grupo dentro de um contexto.

A história da educação de surdos revela que a língua oral não dá conta de suprir suas necessidades intelectuais, cognitivas, profissional e social. Ao se preocupar somente com um tipo de comunicação, o conceito de língua oral se iguala com o de linguagem, prejudicando e desvalorizando aspectos importantes para o desenvolvimento infantil. Surgiu então, em oposição ao oralismo, a filosofia da comunicação total com proposta de valorização da comunicação e da interação, e não apenas uso da língua. Para os adeptos desta abordagem, somente o aprendizado da língua oral não garante o desenvolvimento, permitindo o uso de quaisquer recursos linguísticos, orais, manuais e língua de sinais para facilitar a comunicação da pessoa surda. Porém, o aprendizado de uma língua não é o objetivo maior da comunicação total. No Brasil, são utilizados recursos como o alfabeto manual (letras do alfabeto representadas pelas mãos), sinais manuais que denotam os sons da língua portuguesa, sinais inventados que utilizam o léxico da língua de sinais com a estrutura sintática da língua portuguesa (português sinalizado) e a simplificação da gramática da língua de sinais e da língua portuguesa simultaneamente. Essa prática, denominada de bimodalismo, não é adequada, pois a Libras e a língua portuguesa possuem estruturas diferentes (GOLDFELD, 2016).

Conforme Lacerda e Lodi (2016), as dificuldades enfrentadas pelo surdo na aquisição da língua geralmente estão relacionadas à impossibilidade de acesso à língua utilizada por seus pais ouvintes. Sem a apropriação de uma língua, apresentam dificuldades significativas na aprendizagem e no uso da língua escrita. Por isso, as autoras defendem que a educação para surdos seja oferecida por professores fluentes em Libras do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. A partir do 6º ano, o aluno surdo poderá ser acompanhado

por um intérprete de Libras com formação apropriada em salas regulares de ensino com alunos ouvintes. Assim, dentro da proposta bilíngue de educação para surdos, após desenvolver a língua de sinais como primeira língua com outros surdos que a utilizam ou com adultos bilíngues (Libras e língua portuguesa), a criança surda pode iniciar o processo de ensino e aprendizagem escolar, tendo a língua portuguesa em sua modalidade escrita como segunda língua. O desenvolvimento da linguagem para a criança surda acontece da mesma forma que para as crianças ouvintes. Em sua interação social, na medida em que domina o discurso exterior, inicia-se o desenvolvimento do pensamento, formando seu discurso interior, criando conceitos e significados de mundo (LODI, 2016).

A EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS

Em todo processo de escolarização, o surdo tem ficado em desvantagem com relação ao ouvinte. Filosofias baseadas em concepções que privilegiam e impõem a língua oral e profissionais que se propõem a ensinar considerando as duas línguas acabam se pautando pela gramática da língua sem levarem em conta seu uso. Como consequência, a maioria dos surdos não se apropria satisfatoriamente da língua portuguesa no período referente à educação básica. Quando então, encontra-se um estudante surdo no Ensino Superior, a mesma realidade se evidencia com relação ao seu desempenho na utilização da língua portuguesa.

Neste contexto, com a presença do intérprete de Libras, o professor pressupõe uma homogeneidade, o que é visto como a solução para a inclusão do surdo. Contudo, inseridos no contexto universitário, os surdos percebem os desníveis resultantes de suas experiências educacionais quando se deparam com as exigências do Ensino Superior (HARRISON; NAKASATO, 2015). É importante ressaltar que, antes do surgimento da proposta bilíngue, os surdos passaram por processos educacionais que resultaram nestes estigmas. De acordo com Quadros (2017), o bilinguismo é um processo de transição na educação de surdos. Antes disso, houve duas fases, a educação oralista, que não permite o uso da língua de sinais, priorizando a comunicação oral, desconsiderando totalmente questões relacionadas à cultura e à sociedade surda. Esta concepção está estritamente ligada ao conceito clínico apresentado no início deste capítulo. A outra fase é da comunicação total, baseada no respeito às diferenças; no entanto, prioriza aspectos da sociedade majoritária ouvinte e permite o uso do português sinalizado como comunicação.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A EDUCAÇÃO DE SURDOS

Atualmente, a sociedade de modo geral tem se voltado para a questão da inclusão, seja social ou educacional. Essa tendência pode ser o reflexo do crescimento da exclusão social que, no âmbito educacional, deve ser rejeitada como princípio para se constituir a educação inclusiva (RODRIGUES, 2016). Na história da educação em nosso país, a

Educação Especial por muito tempo foi oferecida de modo segregado, em escolas e classes especiais. Em meados de 1960 e 1970, iniciou-se o processo de integração, orientando a matrícula dos alunos com deficiência junto com os demais alunos em escolas regulares. Porém, somente a partir de 1990, com a política de Educação Para Todos, iniciada com a Declaração de Salamanca, em 1994, na Espanha, houve uma disseminação e um fortalecimento da educação inclusiva visando educar todos no mesmo espaço, ou seja, classe comum em escolas regulares (CAMPOS, 2016).

Embora a ideia de inclusão tenha surgido após o movimento de integração de alunos com deficiência no ensino regular, uma não pode ser considerada a evolução da outra (RODRIGUES, 2016). Para este autor, existem três razões para isso: a integração não alterou os valores não inclusivos da escola criando espaços paralelos; sua visão de diferença está associada à deficiência; e a proposta de condicionamento do aluno com deficiência, ou seja, ele pode estar no espaço escolar, desde que mantenha um comportamento desejável. A integração e a inclusão também são consideradas como processos interdependentes que, por meio das relações, permite aos alunos a participação e a aceitação no âmbito escolar. Desse ponto de vista, a importância dos aspectos denotativos e conotativos dos vocábulos é colocada como condição para evitar equívocos quanto às afirmações de incompatibilidade entre um termo e outro (CARVALHO, 2017). O Brasil, buscando atender às demandas e às necessidades educacionais das pessoas com deficiência que se apresentavam, participou da elaboração de vários documentos importantes reafirmando compromissos internacionais para garantir os direitos e o bem-estar das mesmas. Foi um dos primeiros países da América Latina a produzir em sua legislação os princípios da educação para todos (ARANHA, 2017). A Constituição de 1988 passa a considerar a inclusão de alunos com deficiência nas salas regulares de ensino, conforme indica no artigo 208, inciso terceiro: “III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). Outros decretos e leis definem como o atendimento deve ser oferecido, entre elas, a lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiências e sua integração social, assegurando o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990: “Art. 11 § 1º. A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado” (BRASIL, 1990). Conforme os princípios constitucionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), a partir do artigo 58 (Capítulo V – Da Educação Especial), defende que o atendimento a esses alunos deverá acontecer preferencialmente em classes regulares. Estes deverão ser atendidos por serviços educacionais especializados, tais como as salas de recursos, itinerância e classes hospitalares. A inclusão escolar, apesar de ter sido citada na Constituição Federal de 1988, foi disseminada a partir da promulgação da LDBEN, ganhando notoriedade no contexto educacional. Assim como as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), a

LDBEN também caracteriza a Educação Especial como modalidade de ensino: Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (BRASIL, 1996a).

NORMATIVAS QUE ORIENTAM O ACESSO E A PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Recentemente, a discussão sobre as condições de acesso e permanência da pessoa com deficiência no Ensino Superior tem sido alargada pelos estudos que visam sua compreensão. Albino e Silva (2016) analisaram os relatos de dois alunos de graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte- surdos oralizados que relataram obstáculos na compreensão da linguagem falada e na adaptação ao ambiente universitário. O estudo demonstra que as ações da instituição pouco contribuem para impulsionar o desenvolvimento acadêmico destes alunos e que problemas de adaptação à rotina acadêmica levam, muitas vezes, ao abandono. Estes resultados podem ser reflexos do que Lima (2016) denomina como políticas compensatórias de acesso à universidade em uma sociedade capitalista que se diz democrática.

Para isso, são produzidas políticas de ações afirmativas para conter ou minimizar as discussões sociais em torno do assunto no sentido de corrigir dívidas históricas, porém seu maior propósito é a promoção de mercados e de cidadãos consumidores. A universidade no Brasil não foi delineada para todos; sendo assim, seu maior desafio “está na atitude, como instituição social, de despertar e fazer despertar uma consciência, não num plano utópico, mas da leitura de recorrências sociais não excludentes, da vida para a vida” (LIMA, 2016). No que se refere ao amparo legal da inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior, encontramos a circular 277, de 8 de maio de 1996. Neste documento, o então ministro da educação do Brasil transmite normas que buscam atender às necessidades deste público neste nível de ensino (BRASIL, 1996b).

A respeito dos surdos, pede a colocação de intérprete de língua de sinais no processo de avaliação, a flexibilidade nos critérios de correção da redação e das provas discursivas, atentando ao aspecto semântico da comunicação sobre o aspecto formal. Ainda, dá liberdade às instituições de Ensino Superior para adotarem outras estratégias em substituição à prova de redação. A possibilidade de atingir níveis mais altos de escolarização é posto no início da circular, que orienta as formas de acesso das pessoas com deficiência ao Ensino Superior: “A execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais possibilita que venham a alcançar níveis cada vez mais elevados do seu desenvolvimento acadêmico” (BRASIL, 1996a). Estas adequações são necessárias para se garantir o que está apresentado como as finalidades do nível superior de ensino no artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996a).

- I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996b).

No que diz respeito às políticas de apoio de acesso e permanência de pessoas com deficiência à Educação Superior, foi promulgada recentemente a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em 6 de junho de 2015. No seu capítulo IV, referente à educação, encontramos normas específicas à educação de surdos, observada no artigo 28 incisos IV, XI XII e XIII além dos incisos I e II e artigo 30. Destacamos o inciso XIII do artigo 28, que assegura o “acesso à educação superior profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas” e o profissional intérprete da Libras / língua portuguesa para atuar neste nível de ensino, exigindo maior grau de formação:

II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras (BRASIL, 2015).

Ainda relativo ao Ensino Superior, o mesmo documento (BRASIL, 2015) permite desfazer interpretações equivocadas sobre o direito em ter acesso à correção e avaliação

das produções escritas diferenciadas, quando estiverem em processo de formação universitária e/ou estiverem em processo de seleção ao exame vestibular:

VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;

VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras (BRASIL, 2015).

Percebe-se, portanto, que, em termos normativos, encontramos uma série de recomendações que buscam amparar o acesso do estudante com deficiência ao Ensino Superior. Nos artigos referentes à inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior, em seu texto, há mais detalhes quanto às necessidades que envolvem esta política: Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de Ensino Superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

I - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;

II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;

III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;

IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;

V - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;

VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;

VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras. Percebe-se que as políticas públicas relativas ao acesso da pessoa com deficiência e, sobretudo, da pessoa surda na universidade apresentam algumas diferenças ao longo do tempo, como a substituição do termo portador de deficiência auditiva para aluno surdo e o reconhecimento da Libras como forma legítima de comunicação. Apesar disso, na implementação das iniciativas legais aqui

apresentadas, constatam-se os entraves na investigação sobre como são colocadas em prática (BRASIL, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se como principais contribuições desta pesquisa a visibilidade das questões relacionadas à educação dos surdos no que se refere ao prolongamento de sua trajetória enquanto estudantes. A reestruturação dos sistemas de ensino deve compactuar com o ideário da permanência do surdo no Ensino Superior. Acredita-se, portanto, que este estudo possibilitará novos caminhos, ou seja, subsídios para a ampliação das discussões em relação à educação dos surdos e, sobretudo, às condições de acesso e de permanência ofertadas pelas instituições de Ensino Superior ao estudante surdo. Por fim, num futuro próximo, esperamos que, para o surdo, como para qualquer outro sujeito, a opção de querer ou não ingressar no Ensino Superior esteja baseada em sua vontade e não em condições que lhe impeçam de exercer essa escolha.

REFERÊNCIAS

- ALBINO, I. B.; SILVA, J. E. F. **Estudantes com surdez/deficiência auditiva na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN: vozes e desafios**. Seminário Internacional Inclusão em Educação: Universidade e Participação. Rio de Janeiro, 2016.
- ARANHA, M.S.F. **Educação Inclusiva: Transformação Social ou Retórica?** In: Omote, S. (org.) *Inclusão: Intenção e Realidade*. Marília: Fundepe, 2017. p. 37-60.
- BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V.N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 9ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2016.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- _____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil, 1990.
- _____. Ministério da Educação. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996a.
- _____. Presidência da República. Aviso Circular Nº 277/Mec/Gm. Brasília, 08 de maio de 1996b.
- _____. Lei nº10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, 2000.
- _____. Senado Federal. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências, 2002.

_____. Ministério da Educação. Decreto nº5.626, de 22 de dezembro de 2005.

_____. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. Lei 13.005. Brasília: MEC, 2014.

_____. Presidência da República. Lei 13.146. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 06 de junho de 2015.

CAMPOS, M.L.I.L. **Educação inclusiva para surdos e as políticas vigentes.** In: LACERDA, C.B.F.; SANTOS, L.F. (org.) **Tenho um aluno surdo, e agora?** São Carlos: EdUFSCar, 2016. p.37-61.

CAPELLINI, V. L. M. F. **A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns: avaliação do rendimento acadêmico.** 2016. 249f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

CARVALHO, R.E. **Educação inclusiva: como os pingos nos “is”.** 10 ed. Porto Alegre: Mediação, 2017.

GOLDFELD, M. A **Criança Surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista.** 2ª ed. São Paulo: Plexus Editora, 2016.

HARRISON, K. M. P.; NAKASATO, R.Q. **Educação universitária: reflexões sobre uma inclusão possível.** In: LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L. *Leitura e escrita no contexto da diversidade.* 6ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2015, p. 65-72.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Ministério da Educação. *Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação (2013).* Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> Acesso em: 21 de setembro de 2015.

LIMA, P.G. **Universalização da educação superior no Brasil: uma reflexão sobre emancipação e justiça social.** In: NOZU, W.C.S.; LONGO, M.P.; BRUNO, M.M.G. (org.) **Direitos humanos e inclusão: discursos e práticas sociais.** Campo Grande, MS: ed. UFMS, 2016. p. 85 – 100.

LODI, A.C.B. **Leitura em segunda língua: um estudo com surdos adultos.** In: BERBERIAN, A.P.; ANGELIS, C.M.; MASSI, G. (org.). *Letramento: referências em saúde e educação.* São Paulo: Plexus, 2016. p. 244 – 273.

OMOTE, S. **Inclusão escolar: as contribuições da educação especial.** São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, Marília: Fundepe Editora, 2017. p. 15 – 32.

PERLIN, G.T. *Identidades surdas.* In: SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças.* 6. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2016. p.50-72.

QUADROS, R.M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artmed, 2017.

RODRIGUES, D. Dez ideias (mal)feitas sobre a educação inclusiva. In: _____ (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2016. p.299 – 318.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Bragança Paulista, 06 de Nov. de 2019. <http://www.educacao.sp.gov.br/central-de-atendimento/Relat_Escola.asp?ID_DIR=025&ID_MUN=225&ID_DIST=&NM_MUN=BRAGANCA%20PAULISTA&NM_DIST=&CD_ADM=1&Nova=1>. Acesso em 09 de Nov. de 2019.

SKLIAR, C. **Os estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade**. In: _____ (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 6. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2016, p.7-32.

VALENTINI, C.B.; BISOL, C.A. **Inclusão no Ensino Superior: especificidades da prática docente com estudantes surdos**. Caxias do Sul: Educs, 2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alunos 6, 7, 8, 9, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 34, 49, 51, 52, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 93, 94, 96, 100, 104, 105, 106, 107, 109, 113, 114, 117, 118, 119, 123, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 140, 141, 157, 158, 159, 160, 163, 170, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 259, 273, 274, 275, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 287, 293, 294, 298, 299, 301, 302, 303, 309, 310, 311, 312, 318, 320, 321, 322, 323, 324, 326

Avaliação 6, 8, 4, 7, 10, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 49, 51, 103, 119, 120, 121, 123, 146, 153, 155, 159, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 205, 207, 215, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 239, 252, 275, 284, 285, 294, 304, 308

Avaliação Diagnóstica 8, 4, 177, 179, 183, 184, 185, 187

Avaliação Escolar 8, 15, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 27, 189, 190, 191

C

Currículo 20, 23, 27, 46, 47, 56, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 104, 106, 111, 182, 183, 189, 192, 194, 196, 197, 202, 208, 211, 217, 274, 309, 310, 320, 321, 324, 325, 326

D

Deficiência Intelectual 7, 83, 114, 125, 127, 129, 202, 244, 303

Desigualdades Educacionais 9, 233, 238

Diferença 6, 11, 19, 23, 25, 27, 28, 32, 37, 38, 57, 118, 173, 179, 194, 225, 227, 228, 229, 236, 238, 262, 325, 332

Direitos Humanos 9, 123, 145, 166, 201, 208, 260, 261, 264, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 277, 326, 334

Direito social 6, 40, 47, 48, 268

E

Educação Básica 1, 2, 11, 13, 40, 48, 49, 50, 51, 53, 56, 64, 79, 80, 86, 87, 93, 95, 98, 114, 117, 118, 122, 177, 179, 180, 181, 188, 244, 274, 306, 320, 328, 334

Educação de órfãos 6, 65, 70, 75

Educação Inclusiva 6, 9, 18, 23, 26, 28, 39, 51, 55, 79, 80, 82, 83, 84, 88, 90, 93, 94, 99, 100, 117, 118, 122, 123, 124, 126, 132, 167, 171, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 214, 215, 216, 217, 230, 232, 244, 246, 259, 273, 274, 278, 302, 304, 305, 307, 312, 314, 315, 320, 325

Educação Infantil 9, 22, 48, 49, 50, 83, 87, 88, 95, 140, 179, 233, 237, 241, 242, 246, 247, 254, 302, 318

Enem 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

Ensino Híbrido 4, 11

Ensino Superior 7, 10, 3, 28, 30, 31, 45, 46, 51, 52, 112, 113, 117, 119, 120, 121, 122, 124, 191, 202, 209, 212, 232, 259, 265, 287, 288, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 320, 321, 322

Escola Pública 7, 3, 10, 42, 101, 108, 157, 246, 247, 274, 275

Escolas Comuns 6, 15, 199

Estabelecimentos Prisionais 208, 211

I

Instrumentos Avaliativos 6, 15, 16, 19, 23, 25

L

Legislação 10, 17, 41, 42, 49, 66, 74, 79, 90, 91, 93, 98, 110, 118, 160, 163, 168, 232, 260, 279, 281, 298, 302, 314, 322

Linguagem Adaptativa 7, 90, 91, 93, 95, 97, 98

M

Materiais Didáticos 9, 199, 214, 217, 225, 226, 227, 230

Mediação 9, 11, 26, 27, 36, 82, 91, 108, 111, 123, 124, 157, 158, 161, 163, 165, 188, 201, 244, 246, 247, 248, 249, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 282, 290, 299, 304

P

Perspectiva Histórico-Cultural 7, 125, 128, 129, 130, 131

Pessoa com Deficiência 6, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 90, 91, 92, 95, 100, 119, 120, 121, 123, 125, 127, 128, 129, 131, 176, 230, 274, 279, 302, 304, 311, 312, 316, 318, 326

Processo de aprendizagem 6, 11, 15, 16, 17, 18, 84, 179, 185, 187, 200, 233, 234, 244

Processo de Inclusão 7, 9, 18, 30, 33, 86, 90, 91, 93, 97, 114, 172, 201, 202, 244, 273, 281, 309, 314, 315, 322

Produção de conhecimento 9, 58, 145, 148, 280, 281, 287, 298

Proteção Escolar 8, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165

R

Recursos Multifuncionais 9, 199, 200, 201, 202, 273, 275, 278

S

Sala de Recursos 8, 9, 190, 191, 194, 199, 200, 201, 202, 273, 274, 275, 278, 279, 328, 329, 332

Saúde mental 7, 31, 133, 134, 137, 139, 142, 143

Sexualidade 5, 7, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 299, 334

Síndrome de Asperger 9, 89, 244, 246, 247, 248, 255, 258, 259, 304, 311

Síndrome de Down 10, 314, 315, 321, 322, 324, 325, 326

Surdos 6, 9, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 99, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 280, 281, 284, 287, 291, 294, 298, 299, 300, 319

T

Transgressão 7, 28, 30, 133, 135, 142

Transtorno do Espectro Autista 7, 10, 78, 83, 86, 87, 167, 176, 244, 248, 274, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 312

Tutelados 6, 65, 66, 67, 69, 70, 75

Tutores 6, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 75, 76

V

Vygotsky 36, 39, 83, 89, 91, 92, 93, 95, 100, 176, 258, 259, 313

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br